



**A PREFEITURA DE GASPAR**

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 247/2019**

**EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL 137/2019**

**MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.830.372/0001-04, inscrição estadual isenta, com sede no Distrito Industrial, Lote 1, Quadra B, S/N, CEP: 89.820-000, Xanxerê/SC, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, com fundamento no art. 41, § 1º da Lei 8.666/93:

**1. BREVE RESUMO FÁTICO**

**1.1.** A subscrevente tem interesse em participar da licitação para de contratação de empresa para execução de serviços de melhoria da infraestrutura do sistema de iluminação pública do município e Gaspar/SC, conforme consta no Termo de Referência anexo ao edital.

**1.2.** Ao verificar as condições para participação na licitação citada, constatou-se que o edital prevê exigências que restringem a competitividade, vejamos:

**1.3.** O objeto do edital é execução de serviço melhoria da infraestrutura do sistema de iluminação pública com a substituição de 1.400 lâmpadas de baixo rendimento por lâmpadas de LED. Nota-se:



## 1. DO OBJETO

1.1 A presente Licitação tem por objeto a Contratação de Empresa para **Execução de Serviços de melhoria da infraestrutura do sistema de iluminação pública** do município de Gaspar/SC, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários, compreendendo a eficiência energética do sistema de iluminação pública, com a substituição de 1.400 conjuntos de luminárias de baixo rendimento, por novos conjuntos de luminárias LED (Light Emitting Diode), com a **elaboração de plano e relatório de medição e verificação, aderente ao PIMVP** (Protocolo Internacional de Medição e Verificação de Performance) para a comprovação dos resultados das ações de eficiência energética, conforme as quantidades e características técnicas descritas no ANEXO I – Termo de Referência e ANEXO II – Projeto Básico.

Destaque do edital.

1.4. Todavia, em que pese o **objeto do edital ser a execução do serviço**, entre os requisitos de qualificação técnica a existência no quadro de profissionais da licitante de profissional engenheiro eletricista com aptidão para **elaborar projeto de iluminação pública**, nota-se:

5.1.3.3 A proponente deverá comprovar que possui em seu quadro, na data prevista para a abertura desta licitação, para acompanhamento técnico na execução dos serviços contratados, profissional engenheiro eletricista, com as atribuições do artigo 8º da resolução 218/73 do CONFEA, ou profissional com as mesmas atribuições legais, detentor de **Atestado de Responsabilidade Técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **acompanhado da respectiva CAT – Certidão de Acervo Técnico**, devidamente registrado na entidade profissional competente, relativamente à execução de serviços de características semelhantes aos considerados relevantes ao atendimento do objeto da licitação, relacionados abaixo:

- **Elaboração de projeto de iluminação pública com luminária tipo LED (Light Emitting Diode), em vias públicas.**

Destaque do edital.

1.5. Além disso, quanto ao acervo técnico, o edital no item 5.1.3.6, requer de forma extremamente detalhada que diversos dados constem na certidão/atestado, vejamos:



**5.1.3.6 Comprovação de capacitação técnico-operacional:** A empresa licitante deverá apresentar **ATESTADO(s) DE CAPACIDADE TÉCNICA** ou **CERTIDÃO(ões)** fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a empresa licitante executou serviços e forneceu materiais pertinentes e compatíveis com as características da presente licitação, compreendendo o seguinte:

- Eficientização Energética de Sistema de Iluminação Pública, compreendendo a substituição de, no mínimo, 700 (setecentas) luminárias com lâmpadas de descarga por luminárias com tecnologia de LED (Diodo Emissor de Luz), com fornecimento de materiais, e a elaboração de Plano e Relatório de Medição e Verificação, aderente ao PIMVP (Protocolo Internacional de Medição e Verificação de Performance) para a comprovação dos resultados das ações de eficiência energética.

**OBSERVAÇÃO:** Nos **ATESTADO(s) DE CAPACIDADE TÉCNICA** ou **CERTIDÃO(ões)** apresentados deverão constar o número do Contrato a que se referem, a identificação do Contratante e do Contratado, o período, o local e a descrição dos serviços executados.

Destaque do edital.

**1.6.** Referido requisito, pede grande detalhamento da execução do objeto o que basicamente restringe a participação, eis que seria necessário ter solicitado certidão exatamente nos termos do proposto, uma vez que em geral as certidões emitidas por órgãos públicos e empresas privadas não detêm tal nível de detalhamento.

## **2. DA RESTRIÇÃO A CONCORRÊNCIA**

**2.1.** O inciso I, do § 1º do art. 3º da Lei de Licitações (Lei 8.666/93), dispõe que é vedado ao agente público impor cláusulas e condições de restrinjam a concorrência, nota-se:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;



**2.2.** Ocorre que o instrumento convocatório desta licitação está fazendo uma exigência que vai de encontro à própria essência da licitação que é garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame ao maior número possível de concorrentes, vejamos:

**2.3.** O item 5.1.3.3, reclama a presença de profissional nos quadros técnicos das licitantes com aptidões que não fazem parte do objeto da licitação, eis que se trata de uma **execução de serviço**, e não de uma **elaboração de projeto**.

**2.4.** Por sua vez, o item 5.1.3.6, pede a apresentação de certidão/atestado de capacidade técnica com tal grau de detalhamento que seria necessário a licitante solicitar novas certidões/atestados, que possuísem aludidos critérios, em prazo exíguo que simplesmente impede sua confecção no tempo necessário, eis que exige até uma descrição do número mínimo de lâmpadas instaladas!

**2.5.** É cediço que as exigências da fase de habilitação técnica devem guardar proporcionalidade com o objeto licitado, que, no caso em questão, é a contratação de serviços de instalação e manutenção de rede de iluminação pública.

**2.6.** Dessa feita, a capacidade técnica não deve ser medida pela quantidade de lâmpadas led já instaladas, e sim se a licitante possui comprovadamente capacidade instalar aludido equipamento, o que não se coaduna com comprovação de ter instalado certo número de equipamentos estipulado de forma aleatória no edital. Nesse sentido:







Enunciado: As exigências da fase de habilitação técnica devem assegurar proporcionalidade entre o objeto do certame e a experiência exigida dos licitantes, sendo desarrazoado exigir comprovação de capacidade em quantitativos superiores aos do objeto da licitação. (TCU, Acórdão, 93/2015-Plenário, Data da sessão: 28/01/2015, Relator: AUGUSTO NARDES).

2.7. Face a todo o exposto, resta demonstrado que o edital impugnado possui pontos que restringem a concorrência.

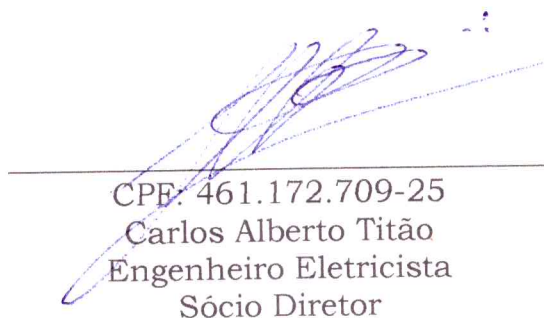
### 3. DOS REQUERIMENTOS

3.1. Em face do exposto, requer-se seja a presente **IMPUGNAÇÃO** julgada procedente, com efeito de serem excluídas do Edital das exigências de capacitada técnicas que restringem a concorrência.

3.2. Requer ainda seja determinada a republicação do Edital, inserindo a alteração aqui pleiteada, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8.666/93.

Nestes termos, pede deferimento,

Xanxerê/SC, 01 de novembro de 2019.



CPE: 461.172.709-25  
Carlos Alberto Titão  
Engenheiro Eletricista  
Sócio Diretor



JUCESC 1387

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 14 DA SOCIEDADE MGM CONSTRUÇÕES  
ELETRICAS LTDA EPP**

**CNPJ nº 04.830.372/0001-04**

CARLOS ALBERTO TITAO nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 23/10/1961, SEPARADO JUDICIALMENTE, COMERCIANTE, CPF/MF nº 461.172.709-25, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 10773312, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado na RUA RUI BARBOSA, 398, APTO 301, CENTRO, CHAPECÓ, SC, CEP 89.812-165, BRASIL.

IVETE TEREZINHA RUBETTI PANZERA nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 18/12/1964, DIVORCIADA, COMERCIANTE, CPF/MF nº 638.779.619-91, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 12365742, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado na RUA JOÃO ANTÔNIO PREZOTTO, 656, BORTOLON, XANXERÊ, SC, CEP 89.820-000, BRASIL.

ADEMAR MACHADO DE MOURA nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 02/08/1972, CASADO em COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS, COMERCIANTE, CPF/MF nº 707.766.019-20, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 2231602, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado na RUA IRINEU BORNHAUSEN, 58, SALA B, BORTOLON, XANXERÊ, SC, CEP 89.820-000, BRASIL.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial MGM CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA EPP, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42203388091, com sede Dt Industrial, S/N, Lote 1, Quadra B, Interior Xanxerê, SC, CEP 89.820-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 04.830.372/0001-04, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**QUADRO SOCIETÁRIO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** Retira-se da sociedade o sócio ADEMAR MACHADO DE MOURA, detentor de 7.800 (Sete Mil e Oitocentos) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, correspondendo a R\$ 7.800,00 (Sete Mil e Oitocentos Reais).

**CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

**CLÁUSULA SEGUNDA.** O sócio ADEMAR MACHADO DE MOURA transfere suas quotas de capital social, que perfaz o valor total de R\$7.800,00 (Sete Mil e Oitocentos Reais), direta e irrestritamente ao sócio CARLOS ALBERTO TITAO, da seguinte forma: VENDA, dando plena, geral e irrevogável quitação.

Após a cessão e transferência de quotas, e da retirada de sócio, fica assim distribuído:

Req: 81600001028570



Página 1



JUCESC 1388

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 14 DA SOCIEDADE MGM CONSTRUÇÕES  
ELETRICAS LTDA EPP**

CNPJ nº 04.830.372/0001-04

CARLOS ALBERTO TITÃO	70 %	546.000 QUOTAS	R\$ 546.000,00
IVETE T. RUBETTI PANZERA	30 %	234.000 QUOTAS	R\$ 234.000,00
TOTAL	100 %	780.000 QUOTAS	R\$ 780.000,00

CARLOS ALBERTO TITAO, com 546.000(Quinhentos e Quarenta e Seis Mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 546.000,00 (Quinhentos e Quarenta e Seis Mil Reais)  
IVETE TEREZINHA RUBETTI PANZERA, com 234.000(Duzentos e Trinta e Quatro Mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 234.000,00 (Duzentos e Trinta e Quatro Mil Reais)

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

**CONSOLIDAÇÃO**

**Primeira:** O nome empresarial é: MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP;

**Segunda:** A sociedade tem sua sede localizada na NO DISTRITO INDUSTRIAL, S/N, LOTE 1, QUADRA B, INTERIOR, NA CIDADE DE XANXERÊ- SC CEP. 89.820-000;

**Terceira:** O capital social é de R\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais), dividido em 780.000 (setecentos e oitenta mil) quotas, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, e após transação fica assim distribuídos entre os sócios conforme segue:

CARLOS ALBERTO TITÃO	70 %	546.000 QUOTAS	R\$ 546.000,00
IVETE T. RUBETTI PANZERA	30 %	234.000 QUOTAS	R\$ 234.000,00
TOTAL	100 %	780.000 QUOTAS	R\$ 780.000,00

**Quarta:** O objeto social é:

- CONSTRUÇÕES DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA;
- SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA, PROJETOS, ESTUDOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, DIREÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS, VISTORIAS, PERÍCIA, AVALIAÇÃO, ARBITRAMENTO, LAUDOS E PARECERES TÉCNICOS, EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS TÉCNICOS, FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, CONDUÇÃO DE OBRAS, INSTALAÇÃO, MONTAGENS, OPERAÇÃO, REPARO E MANUTENÇÃO REFERENTE À

Req: 81600001028570

Página 2



ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 14 DA SOCIEDADE DE MGM CONSTRUÇÕES  
ELETRICAS LTDA EPP

CNPJ nº 04.830.372/0001-04

EDIFICAÇÃO DE ESTRADAS, PISTAS DE ROLAMENTOS, AEROPORTOS, SISTEMA DE TRANSPORTES, SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SISTEMA DE SANEAMENTO, PORTOS, RIOS, CANAIS, BARRAGENS E DIQUES, DRENAGEM E IRRIGAÇÃO, PONTES, GRANDES ESTRUTURAS E, SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA, PROJETOS, ESTUDOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, DIREÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS TÉCNICOS, VISTORIAS, PERÍCIAS, AVALIAÇÃO, ARBITRAMENTO, LAUDOS E PARECERES TÉCNICOS, EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS TÉCNICOS, FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, CONDUÇÃO DE OBRAS, INSTALAÇÃO, MONTAGEM, OPERAÇÃO, REPARO E MANUTENÇÃO REFERENTE À GERAÇÃO, TRANSMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E UTILIZAÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA, EQUIPAMENTOS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS ELÉTRICAS, SISTEMA DE MEDIÇÃO E CONTROLES ELÉTRICOS.

- COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EM GERAL, SISTEMA DE COMUNICAÇÃO E DE TELECOMUNICAÇÃO, SISTEMA DE MEDIÇÃO E CONTROLE ELÉTRICO E ELETRÔNICO;
- COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MECÂNICOS EM GERAL, SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO;
- SUPERVISÃO PROCESSOS MECÂNICOS, MÁQUINAS EM GERAL, INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS E MECÂNICAS, EQUIPAMENTOS MECÂNICOS E ELETROS-MECÂNICO; SISTEMA DE PRODUÇÃO DE TRANSMISSÃO E DE UTILIZAÇÃO DO CALOR; SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO E DE AR CONDICIONADO.

Quinta- A sociedade iniciou suas atividades em 02 de Janeiro de 2002 e seu prazo é indeterminado;

Sexta - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios;

Sétima - A sociedade tem por tipo jurídico o das Sociedades Limitadas, e se organizará nos moldes dos artigos 1.052 a 1087 do código civil;

Oitava - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social;

Nona - O exercício social encerrar-se-á em 31 de Dezembro de cada ano;

Décima - Ao término de cada exercício social proceder-se-á ao levantamento de um balanço geral, para verificação dos lucros e prejuízos;

Décima Primeira: Os lucros líquidos apurados poderão ser distribuídos aos sócios na proporção de suas quotas capitais;

Req: 81600001028570

Página 3



JUCESC 1390

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 14 DA SOCIEDADE NIM CONSTRUÇÕES  
ELETRICAS LTDA EPP**

**CNPJ nº 04.830.372/0001-04**

**Décima Segunda:** Os prejuízos que por ventura se verificarem poderão ser distribuídos, proporcionalmente às quotas de cada sócio;

**Décima Terceira** - Que as atividades de construção, eletricidade e mecânica, ficam sob incumbência um Engenheiro Técnico responsável, sendo Engenheiro Eletricista, Engenheiro Civil e Engenheiro Mecânico;

**Décima Quarta** - A administração da sociedade é exercida pelo sócio o Senhor **CARLOS ALBERTO TITÃO**, separadamente, com poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios;

**Décima Quinta** - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas;

**Décima Sexta** - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso;

**Décima Sétima** - Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes;

**Décima Oitava** - A sociedade manterá os registros contábeis e fiscais necessários;

**Décima Nona** - O aumento ou redução do capital se realizará com igualdade de condições entre os sócios e na exata proporção das quotas que cada um possuir se de outra forma não decidirem os sócios;

**Vigésima** - O sócio que pretender retirar-se da sociedade deverá comunicar sua intenção aos demais sócios, por escrito, com antecedência de 180 (Cento e oitenta) dias para exercerem seu direito de preferência;

**Vigésima Primeira** - A admissão de novos sócios depende da prévia aprovação dos sócios;

**Vigésima Segunda** - Em caso de retirada de qualquer dos sócios, seus haveres serão apurados em balanço a ser levantado especialmente para esse fim, e que deverá estar encerrado no prazo máximo de 60 (Sessenta) dias, da retirada;

**Parágrafo Primeiro:** A apuração dos haveres no caput desta cláusula far-se-á em uma única conta, compreendendo capital, lucro e outros créditos;

Req: 81600001028570

Página 4

JUCESC 1391

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 14 DA SOCIEDADE MGM CONSTRUÇÕES  
ELETRICAS LTDA EPP**

**CNPJ nº 04.830.372/0001-04**

**Parágrafo Segundo:** Terminada a apuração dos haveres, estes serão pagos, ao sócio retirante ou aos herdeiros do sócio falecido;

**Vigésima Terceira -** Os casos omissos serão regulados pelas disposições legais vigentes aplicáveis à espécie;

**Vigésima Quarta -** As deliberações dos sócios serão tomadas de comum acordo prevalecendo, as divergências, o voto da maioria que representa 51% (cinquenta e um por cento) do capital social integralizado, valendo cada quota um voto, no caso de venda ou alienação de bens, somente com assinatura dos outros sócios;

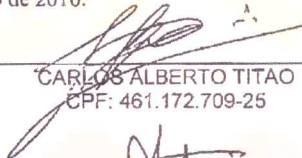
**Vigésima Quinta-** O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

**DA RATIFICAÇÃO E FORO**

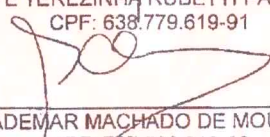
**Vigésima Sexta-** O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece XANXERÊ.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

XANXERE, 31 de outubro de 2016.

  
CARLOS ALBERTO TITAO  
CPF: 461.172.709-25


  
IVETE TEREZINHA RUBETTI PANZERA  
CPF: 638.779.619-91

  
ADEMAR MACHADO DE MOURA  
CPF: 707.766.019-20



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 11/11/2016 SOB Nº: 20168819686  
Protocolo: 16/881968-6, DE 07/11/2016

Empresa: 42 2 0338809 1  
MGM CONSTRUÇÕES ELETRICAS  
LTDA EPP

  
ANDRE LUIZ DE REZENDE  
SECRETÁRIO GERAL

Req: 81600001028570

Página 5